

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.373 - RS (2019/0237346-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**
REPR. POR : **MARCIA REGINA CALVANO MACHADO - LIQUIDANTE**
ADVOGADO : **BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - SP354991**
RECORRIDO : **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SA**
ADVOGADO : **CLÁUDIA POLLY E OUTRO(S) - RS032675**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO DE QUEBRA DE GARANTIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR AMBAS AS PARTES. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.

Nos contratos bilaterais nenhum dos contratantes antes de cumprida a sua obrigação pode exigir o adimplemento da do outro. Art. 476 do Código Civil.

No caso em que ficou comprovado e incontroverso o descumprimento contratual por ambas as partes contratantes.

Sentença confirmada.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME" (e-STJ fl. 471).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente alega violação dos artigos 489, 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, 476 e 477. Sustentando em síntese, a negativa de prestação jurisdicional e a ausência dos requisitos legais necessários à configuração da exceção do contrato não cumprido.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes argumentações:

"(...) houve latente omissão do e. Tribunal quanto à ausência de requisitos para configuração da exceção de contrato não cumprido, o que foi delongamente demonstrado pela Embargante em seu recurso, sem que houvesse manifestação da e. Câmara sobre o assunto.

(...)

(...) a Embargante demonstrou ainda a ocorrência de um fato superveniente, que tinha força de afastar a tese de exceção de contrato não cumprido, que dizia respeito a habilitação do crédito do Embargado no quadro geral de credores, o que configuraria o cumprimento pela Embargante do contrato, logo, não seria possível aplicar a teoria da exceção do contrato não cumprido" (e-STJ fls. 442 e 445).

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto à alegação de afastamento da exceção de contrato não cumprido em razão da habilitação do crédito do recorrido no quadro geral dos credores.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. EX-EMPREGADO APOSENTADO. REGIME DE CUSTEIO. DIVISÃO DE CATEGORIAS. OMISSÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL VERIFICADAS. VÍCIOS NÃO CORRIGIDOS NO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS. QUESTÕES RELATIVAS AO CERNE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022, AMBOS DO NCPC. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO ESTADUAL E RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Quando o tema suscitado nos embargos de declaração é relevante ao deslinde da controvérsia, e o Tribunal de origem não se pronunciou sobre ele, imprescindível a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao art.

1.022 do NCPC.

3. No caso, foi constatado que houve prestação jurisdicional incompleta no que concerne a legalidade da mudança da forma de contribuição para

Superior Tribunal de Justiça

o novo modelo por faixa-etária e a inexistência de discriminação ao ex-empregado aposentado, por se tratar de plano único.

4. Por ora, apesar da manifesta inadmissibilidade deste recurso, e da anterior advertência em relação à aplicação do NCPC, deixo de aplicar a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC.

5. Agravo interno não provido"

(AgInt nos EDcl no AgInt no REsp 1.728.492/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/9/2019, DJe 13/9/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração"

(REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 442/447 e-STJ como entender de direito, prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator